

***Síntese***  
**Panorama da Sociedade**  
Os Indicadores Sociais da OCDE

***Overview***

**Society at a Glance**  
OECD SOCIAL INDICATORS

As Sínteses constituem-se em excertos de publicações da OCDE.  
Elas são disponíveis livremente na biblioteca On-line ([www.oecd.org](http://www.oecd.org)).

Esta Síntese não é uma tradução oficial da OCDE.



ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

---

## Prefácio

Este relatório procura servir uma demanda crescente para um panorama quantitativo, conciso mas amplo, das tendências sociais e dos desenvolvimentos de políticas. Entretanto, em virtude da multiplicidade e variedade de áreas de políticas relevantes ao desenvolvimento social, não é tarefa fácil reunir um resumo dos dados em um arranjo expressivo. A listagem inicial contém 45 indicadores sociais e cobre uma área ampla. A OCDE está continuando os seus esforços, com uma colaboração ativa dos especialistas em seus países membros, para ampliar o conjunto de indicadores e melhorar a sua comparabilidade.

Os indicadores escolhidos estão listados juntamente com uma informação geral das fontes e definições; uma informação mais detalhada está disponível nas páginas da internet da Diretoria de Educação, Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais ([www.oecd.org/els/social](http://www.oecd.org/els/social)). A maioria dos indicadores já existe de uma forma ou de outra; muitos já são incluídos nas diversas publicações da OCDE em base regular. Outros indicadores foram coletados de forma informal. Nenhuma nova coleta de dados em larga escala foi empregada para a preparação do presente volume.

Como este relatório abrange uma ampla gama de tópicos, seria impossível completá-lo sem a contribuição de muitas pessoas diferentes dentro e fora da Divisão de Política Social da OCDE. A lista dos que contribuíram inclui: Willem Adema, Roman Arjona, Andrew Devlin, Catherine Duchêne, Stéphane Jacobzone, Jean-Luc Heller, Peter Hicks, Jeremy Hurst, Mark Keese, Gaetan Lafortune, Zeynep Or, Mark Pearson, Véronique Philippon, Peter Scherer, Peter Tergeis and Andrew Thompson. Mark Pearson liderou o desenvolvimento do projeto de indicadores sociais, enquanto que Willem Adema coordenou a produção deste relatório inicial sobre indicadores sociais. A publicação é da responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE.

---

*Parte I***UM GUIA INTERPRETATIVO****1. Para que servem os indicadores sociais?**

O principal motivo que está por trás desta listagem de indicadores sociais é o de fornecer revelações sobre duas questões:

- quais são os desenvolvimentos sociais nos países da OCDE?
- são efetivas as respostas da sociedade em geral e do governo em particular, para alterar os resultados sociais?

A primeira questão requer uma consideração ampla sobre os temas sociais. Na medida em que a vida social requer saúde, educação, liberdade para seu desenvolvimento, recursos e uma base estável de interações sociais, da mesma forma os indicadores deverão refletir estas diversas dimensões.

O segundo ponto é o mais desafiador. As sociedades tentam influenciar os resultados sociais, usualmente através das políticas governamentais. A questão é: seriam tais ações efetivas para alcançar seus objetivos? Assim sendo, um primeiro passo é o de comparar mudanças nos resultados sociais de acordo com a extensão das políticas sociais. Este processo não pode, naturalmente, ser usado para avaliar se um programa social em particular é efetivo. Ao invés disso, os indicadores podem ser usados, por exemplo, para indicar se o gasto social é alto relativamente a outros países e se os resultados são relativamente melhores. Tais indicadores não revelariam, em tais circunstâncias, por que os resultados são pobres, mas eles “indicam” que poderia haver a necessidade de pensar muito sobre por que este seria o caso.

**2. A estrutura dos indicadores**

A estrutura aplicada neste volume não chega nem de longe a se tornar um amplo arranjo para a coleção de estatísticas sociais, mas, de qualquer modo, ela é mais do que uma simples listagem - uni ou bi-dimensional - dos indicadores sociais.

Os colegas que utilizam indicadores em outras partes da OCDE, usaram de diferentes maneiras para avaliar os indicadores de resposta das políticas vis-à-vis os indicadores de resultados das políticas, e a sua experiência serviu de orientação para como nós poderíamos obter esta avaliação. Por exemplo, o conjunto de indicadores educacionais publicados em *Panorama da Educação – Indicadores da OCDE* é implicitamente estruturado em agrupamento de três partes: contexto; insumos (incluindo gastos); e produtos (OECD, 2000). Os indicadores de Ciência e Tecnologia foram agrupados a partir de temas amplos tais como a globalização e desempenho econômico e competitividade como referência para economias baseadas no conhecimento (OECD, 1999).

A Diretoria Ambiental usa ainda uma abordagem diferente no seu conjunto de Indicadores Ambientais (OECD, 2000<sup>1</sup>). A estrutura por detrás destes indicadores é baseada no modelo conhecido como um sistema “PSR”.<sup>1</sup> Na área ambiental:

As atividades humanas exercem *pressões* no ambiente e afetam a sua qualidade e a quantidade de recursos naturais (*estado*); a sociedade responde a estas mudanças através de políticas ambientais, econômicas e setoriais, e através de mudanças na conscientização e no comportamento (*mudança social*). O modelo PSR tem a vantagem de evidenciar estas ligações, e ajudar os tomadores de decisão e o público geral, a verem que o ambiente e outros temas estão interconectados.

Exemplos de *pressões* incluem as pressões indiretas (indicadores de atividades setoriais tais como energia, transporte, indústria, agricultura, etc.) e pressões diretas (geração de poluidores e de resíduos, uso de recursos). Exemplos do *estado* do ambiente são as medidas de ar, água, qualidade da terra, saúde do ecossistema, etc. Exemplos de *respostas* incluem as várias medidas de políticas de intervenção para propósitos ambientais (tais como gastos, impostos ambientais, etc.). A vantagem da abordagem é que ela enfoca indicadores amplos das ações do governo e da sociedade (indicadores de resposta) com indicadores amplos daquilo que eles estão tentando influenciar (indicadores de estado e de pressão).

Uma *abordagem* similar de dividir indicadores em três categorias é vista no presente agrupamento de indicadores sociais. Entretanto, os três agrupamentos diferem de certo modo do modelo PSR puro:<sup>2</sup>

- **Contexto social.** Estas são aquelas variáveis sociais que não são normalmente o objetivo direto das políticas, ou que podem ser os objetivos das políticas, mas somente no longo-prazo. Apesar disso, elas são cruciais para a compreensão do contexto dentro do qual as políticas sociais são desenvolvidas. Por exemplo, a proporção de pessoas acima de 64 anos de idade na população total não é o objetivo da política. Contudo, os desenvolvimentos desta razão são importantes na compreensão dos desenvolvimentos mais imediatos (os padrões de vida dos idosos, por exemplo).
- **Status social.** Este é, dentro do máximo possível, uma descrição daquelas situações sociais que são da mais alta prioridade atual para ação das políticas. Idealmente, os indicadores escolhidos são tais, que as variáveis são facilmente interpretadas sem ambigüidade – todos os países prefeririam ter baixas taxas de pobreza ao invés de altas, por exemplo.
- **Resposta social.** Estes indicadores ilustram o que a sociedade está fazendo que pode afetar os indicadores de status social. A maioria destas ações serão políticas governamentais, mas poderia também ser útil alguma definição mais ampla de ações sociais, como, por exemplo, os indicadores de atividades de organizações não governamentais na esfera social; o desenvolvimento de planos privados de pensão na medida que eles são um pilar importante na política de renda da aposentadoria; e nas ações tomadas pelos indivíduos e famílias para cuidar dos idosos e crianças pequenas.

<sup>1</sup> O sistema PSR é, por sua vez, uma variante de uma abordagem que deu origem ao modelo DSR – *Força Motora – Estado – Resposta* usado pela Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável; e o modelo DPSIR – *Força Motora – Pressão – Estado – Impacto – Resposta* usado pela Agência Ambiental Européia.

<sup>2</sup> Nos indicadores ambientais, os indicadores de pressão são dados de fluxo (emissões, geração de resíduos, e uso de recursos) que afetam os “estoques” de bens ambientais (qualidade da água ou do ar, biodiversidade). As respostas públicas podem atingir tanto os fluxos como os estoques. Não existe analogia correspondente na política social. Enquanto que sem dúvida seja possível separar dados de fluxo e de estoque (“fluxos em benefícios”, “número de pessoas em benefício em qualquer ponto no tempo”), isto não será sempre verdade para todas as áreas de políticas, e os temas a serem elucidados com tais dados, podem muitas vezes ser abordados de modo mais direto usando dados longitudinais.

---

Entretanto, como os dados sobre as políticas governamentais são geralmente melhores que os dados das respostas sociais, a listagem inicial abaixo enfoca quase exclusivamente o papel do setor público.

Enquanto que adotamos de uma forma ampla a abordagem tripla esboçada acima, não é sempre óbvio fazermos uma distinção entre *contexto* e *status* na esfera social. Por exemplo, a fertilidade é um objetivo de políticas de aumento populacional em alguns países, mas é um entorno da política social em outros. Da mesma forma, a desagregação familiar pode ser vista como uma falha das políticas públicas de apoio às famílias em alguns países, enquanto que ela não seria uma preocupação pública explícita em outros. Qualquer que sejam os objetivos de políticas nacionais, a desagregação da família contribui para o crescimento do número de famílias em risco de insegurança econômica. Inevitavelmente, a linha divisória é arbitrária.

## 2.1 A escolha dos indicadores com base em considerações dos dados

A OCDE tem 30 países que variam consideravelmente na sua coleta de estatísticas. Na escolha dos indicadores, terá que ser feita uma opção entre apenas a inclusão dos indicadores já existentes para todos os países, ou, em caso contrário, até que ponto deveríamos relaxar esta premissa.

Os indicadores apresentados aqui não são restritos àqueles para os quais existe uma absoluta comparabilidade em todos os países. Tal critério poderia, por exemplo, descartar a maioria das estatísticas de distribuição de renda e pobreza. Ao invés disso, a natureza e a extensão de viés na comparação entre países é indicada na fonte e na descrição dos dados. Isso deveria alertar os usuários sobre possíveis armadilhas.

Como uma regra geral, a lista inclui apenas os indicadores onde exista uma razoável chance de coleta de dados para pelo menos a metade dos países da OCDE. Entretanto, esta regra é relaxada em alguns casos:

- Quando é sabido que existem limitações na disponibilidade generalizada dos dados, são incluídos indicadores suplementares que ilustram as limitações dos indicadores principais. Tal raciocínio explica, por exemplo, a inclusão de medidas nos *gastos líquidos sociais*, e no *número de famílias sem nenhum adulto empregado em idade de trabalhar*, mesmo que tais indicadores estejam disponíveis para apenas uns poucos países.
- O crescente uso de conjuntos de dados longitudinais permite uma melhor revelação dos indicadores de status social por área de política. Tais dados incluem as distribuições do tempo de duração do desemprego e do não-emprego; o período médio de tempo gasto em benefícios específicos; a duração de tempo da pobreza e as medidas *dinâmicas* do status da população. Embora estejam somente disponíveis para um subgrupo de países, tais dados ajudarão a fornecer um quadro mais apurado que seria possível se somente dados estáticos de painel fossem usados.

### 2.1.1 Desagregação e medição

Os dados agregados são muitas vezes decompostos em subcategorias como grupos de idade, tipo de família, sexo, etc. O uso de dados individuais ou familiares varia de acordo com o indicador. Entretanto, as desagregações por regiões sub-nacionais ou por unidades de governo não são incluídas neste volume; o Serviço de Desenvolvimento Territorial da OCDE está desenvolvendo um sistema para tais indicadores.

Não foi feita nenhuma tentativa para registrar todos os dados nas mesmas unidades comuns; os indicadores são apresentados com uma mistura de número de cabeças, de unidades monetárias, de percentagens do PIB, etc.

### 3. O uso dos indicadores

As medidas do *contexto social* e do *status social* por si próprias descrevem as condições sociais da população. Os indicadores do *status social* podem também ser interpretados como medindo uma dimensão particular daquilo que uma política social esteja objetivando. As medidas de resposta fornecem uma (ou mais) dimensão da escala e natureza das intervenções de políticas sociais. Confrontando os indicadores de *resposta* com os indicadores de *status*, temos uma indicação de primeira ordem da efetividade das políticas. Não se pretende que deva existir uma relação “um por um” entre os indicadores de *resposta social* e do *status social*. Mas se simplesmente considerarmos que os indicadores tenham sido bem escolhidos e que as medidas de *resposta social* são elevadas em comparação com a média, e que os indicadores do *status social* sejam baixos, então existe justificção para questionarmos o porque desta aparente anomalia.

Os *indicadores do contexto social* são incluídos para ajudar na interpretação da efetividade das políticas. Tais indicadores são úteis para enumerar as variáveis quase exógenas que “explicam” alguma parte dos indicadores de *status social*, qualquer que sejam os indicadores de resposta. Assim sendo, a intenção dos *indicadores de contexto social* é para dar alguma impressão das diferenças entre países com as quais as políticas públicas operam. Diferentemente dos *indicadores de status* e de *resposta*, não se pode dizer sobre os indicadores de contexto que um resultado particular é bom ou mau. Por exemplo, enquanto é fácil dizer que é melhor ter menos acidentes, tal afirmação não pode ser feita a respeito do número de famílias de pais solitários, embora a sua incidência seja claramente um fator de importância para os formuladores de políticas sociais.

Pode ser útil algum tipo de agrupamento de indicadores de apoio em amplos campos de políticas. No presente volume quatro tipos de *objetivos* subjacentes são utilizados para classificar indicadores de *status* e de *resposta*:

- A. A melhoria da **auto-suficiência** tem sido enfatizada como um objetivo que dá sustentação à política social, aparecendo em destaque, por exemplo, no Comunicado dos Ministros das Políticas de Saúde e Sociais (OCDE, 1999<sup>a</sup>). A autonomia (dos indivíduos ou das famílias) é incentivada pela sua participação ativa na economia e na sociedade, e pelas atividades de auto-suficiência na vida cotidiana.
- B. A **equidade** neste contexto refere-se principalmente à equidade dos resultados (as políticas que buscam superar as desvantagens sociais ou do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidade, são classificadas aqui como possuidoras da função primária de promoção de

---

autonomia). Os resultados de equidade são medidos principalmente pelo acesso das famílias aos recursos.

- C. O objetivo que dá suporte aos sistemas de **saúde** é o de melhorar o estado de saúde das populações, o que se traduz em um foco mais amplo que na ênfase de doenças e sua cura, incluindo outros fatores sociais que podem afetar mortalidade e doenças.
- D. A **coesão social** é geralmente identificada como um objetivo de longo alcance das políticas sociais dos países, mas raramente se tenta a sua definição, e não existe uma concordância entre os países sobre o seu significado exato. Entretanto, é possível identificar-se várias patologias que foram mencionadas como as causas da falta de coesão social, que tem ressonância como objetivos de políticas sociais, apesar de não serem aqueles onde é visível o causa-efeito das políticas sociais. Isso é verdade, por exemplo, nas taxas de criminalidade, conflitos industriais, e estabilidade familiar.

Na medida em que as respostas têm um impacto nas áreas múltiplas das políticas sociais, elas podem ser registradas como indicadores relevantes em mais de um destes títulos gerais. A habilidade de assumir atividades da vida diária sem assistência é tanto um sinal de autonomia como de saúde; o uso de drogas pode sinalizar tanto uma falta de coesão social como uma ligação à vida saudável. O problema dos indicadores que poderiam ser classificados sob diversos títulos não é um problema particular para as políticas sociais.<sup>3</sup> A resposta em outras listagens de indicadores é para sinalizar quais indicadores que deveriam ser incluídos em uma listagem *abrangente* sob cada título, mas não para publicar o indicador mais de uma vez em cada publicação (ver abaixo).

#### 4. A descrição dos indicadores

Os indicadores escolhidos são listados abaixo juntamente com a informação geral de fontes e definições. A maioria dos indicadores já existe de uma forma ou de outra, muitos são divulgados nas diversas publicações da OCDE com periodicidade regular. Grande parte dos indicadores é retirada das bases de dados correspondentes, muitas vezes daquelas onde está ocorrendo cooperação entre organizações internacionais (como por exemplo: Estatísticas de Força de Trabalho, Base de Dados de Gastos Sociais). Outros indicadores têm sido coletados em uma base informal, como, por exemplo, informação de pessoas mais idosas em instituições. Nenhuma nova coleção de dados em larga escala foi efetuada para a preparação deste volume.

Parece que existem bem menos indicadores de *resposta* de boa qualidade que indicadores de situação social. Isto evidenciaria a necessidade de um esforço maior na melhoria da coleta de dados descrevendo ação pública e privada; incluindo gastos sociais privados e informação no número de pessoas e famílias que recebem diferentes benefícios e serviços dos empregadores e ONG.s.

---

<sup>3</sup> Por exemplo, a emissão de alguns poluidores aéreos é um indicador chave na determinação da qualidade do ar, terra e recursos aquáticos (OECD, 2000<sup>a</sup>).

---

## 4.1 Os indicadores de contexto

Quando comparamos os indicadores de *status* social e os indicadores de *respostas* sociais, é fácil de se terminar fazendo conclusões que um país está aparentemente pior relativamente aos outros, ou que outro está gastando muito dinheiro em alguma coisa comparado com os outros. É muitas vezes importante colocar tais afirmações em um contexto mais amplo. Por exemplo, os níveis de renda nacional variam entre os países da OCDE. Se houver uma relação entre renda e saúde, podemos esperar que os países mais ricos tenham um melhor status de saúde que os mais pobres. Se as compras dos serviços de saúde forem elásticas com relação à renda (como o é aparentemente) então, de novo, podemos esperar que os países ricos gastem mais em assistência à saúde (como percentual do PIB) que os países mais pobres. Isto não significa que os indicadores do status de saúde e gastos com saúde estejam errados ou sejam enganosos. Significa, entretanto, que existe uma história de fácil interpretação atrás dos dados que deveria ser levada em conta quando consideramos as implicações dos indicadores.

Muitos indicadores de contexto são relevantes na interpretação de um número de outros indicadores incluídos na presente publicação. Isso é verdade sobre a renda per capita, naturalmente, que tem implicações sobre a qualidade, quantidade e natureza da proteção social que os indivíduos desejam. Assim sendo, os indicadores de contexto não são categorizados como particularmente importantes para a compreensão de tendências em qualquer dos quatro objetivos que dão suporte à política social – equidade, autonomia, saúde e coesão. Além da renda nacional (G1), os indicadores escolhidos geralmente refletem tendências demográficas de longo-prazo e tendências na composição familiar. Por todo o restante deste volume, o código em parêntese (ex.: G1) refere-se ao indicador conforme listado nas tabelas abaixo. Não deve ser atribuída nenhuma importância particular à numeração, mas esta prática simplifica a referência cruzada.

Os indicadores de contexto são os seguintes:

- G1. Renda nacional
- G2. Taxas de fertilidade
- G3 Velhice e relação de dependência
- G4 Estrangeiros e população nascida no exterior
- G5. Refugiados e pessoas que procuram asilo
- G6. Taxas de divórcio
- G7 Famílias de pais solitários

## 4.2 Auto-suficiência

Todos os planos de seguridade social baseiam o seu financiamento nas contribuições das pessoas ativas. A maioria dos sistemas na área da OCDE apóia este esquema ao amarrar a elegibilidade para os benefícios de seguro social ao emprego e / ou aos registros de contribuição. Assim sendo, a auto-suficiência da maioria da população ativa é necessária para a própria sobrevivência da seguridade social. Os itens de trabalho (A1, A2) também fornecem um enfoque e um fórum para a interação social, status social e satisfação do trabalho e são também o ponto focal para futuras aspirações.



---

Verificou-se que os sistemas sociais inadvertidamente reduzem os incentivos financeiros diretos para o trabalho de grupos de trabalhadores (A12) enquanto que elevam, ao mesmo tempo, os custos da mão-de-obra (A13). Assim sendo, os sistemas de proteção social necessitam de levar em conta a concomitante carga tributária no custo do trabalho, para evitar um efeito adverso na demanda de mão-de-obra, assegurando, ao mesmo tempo, que o trabalho continue a compensar (Pearson e Scarpetta, 2000).

De qualquer modo o fornecimento dos meios para apoiar alguém e seus dependentes, é algumas vezes uma aspiração mais que uma realidade (A4). As taxas de participação da força de trabalho feminina variam rapidamente entre os países, refletindo tanto as diferenças sociais como a efetividade das políticas governamentais para superar as barreiras do trabalho enfrentadas pelas mulheres (A5). Tais problemas podem ser particularmente severos para pais solitários, que devem equilibrar a necessidade de tempo para zelar as suas famílias com a necessidade de usar o tempo para ganhar o suficiente para mantê-las financeiramente. O desemprego de longo-prazo está ainda em altos níveis em muitos países, sinalizando uma tendência de isolamento da participação na sociedade majoritária. São notáveis em muitos países as dificuldades enfrentadas pelos jovens em fazer uma transição da escola para o trabalho – saindo de uma situação de dependência para se tornarem independentes (A3).

Enquanto podemos encontrar indicadores de todos estes elementos do emprego como uma maneira para alcançar a independência, muitos outros estão ausentes (pelo menos em uma base internacional). Por exemplo, sabe-se que as taxas de emprego dos deficientes físicos, de “pessoas originais” e de imigrantes recém-chegados, são relativamente baixas, mas não podemos ainda fornecer medidas confiáveis de sua situação em uma base internacionalmente comparável.

O mercado de trabalho voltou as suas costas para os trabalhadores de baixa qualificação, os quais se encontrarão desempregados, não-empregados ou ganhando menores salários em todos os países, relativamente aos seus colegas com melhor nível educacional. Assim sendo, a ajuda aos indivíduos a preencherem seu potencial, requer uma educação infantil (A9), e certamente também através de todo o curso de sua vida. Entre os países da OCDE, a resposta política da sociedade é enfocada na melhoria da educação geral e nos níveis de alfabetização (A8, A10 e A11), suplementada pela ativação de programas e facilidades tributárias para ajudar o desempregado a encontrar emprego remunerado (A7, B8). Certamente, um objetivo explícito de política de proteção social nos países da OCDE envolve uma mudança de enfoque da entrega passiva de benefícios para uma abordagem mais ativa, direcionada a obter empregos para os receptores de benefícios (A7, B6).

---

**Indicadores de auto-suficiência**<sup>1,2</sup>


---

Status social	Respostas da sociedade
A1. Emprego	A7. Ativação de políticas
A2. Desemprego	A8. Gastos em educação
A3. Jovens desempregados	A9. Educação infantil e cuidados com a criança
A4. Familiares desempregados	A10. Desempenho educacional
A5. Mães empregadas	A11. Alfabetização
A6. Idades de aposentadoria	A13. Cunha fiscal
	<i>B6. Gastos sociais públicos</i>
	<i>B7. Gastos sociais privados</i>
	<i>B8. Gastos sociais líquidos</i>
	<i>C6. Anciãos em instituições</i>

---

<sup>1.</sup> Os indicadores em itálico indicam que não são apenas de auto-suficiência, mas àquilo que será apresentado em outra subseção.

<sup>2.</sup> A lista dos indicadores é afetada pela disponibilidade de dados. Por exemplo, além de “Familiares desempregados”, idealmente a variável: “Status da força de trabalho de famílias com pelo menos dois adultos em idade de trabalho”, também seria incluída (OECD, 1998). Entretanto, a ausência da informação nos países não europeus significa que a variável não satisfaz o critério de “bom indicador” conforme explicado na Seção 2.1. Serão feitas tentativas de determinar se poderão ser utilizados outros indicadores de famílias “trabalho-rico? trabalho-pobre”, além de familiares desempregados aqui incluídos.

---

Mais tarde na vida, o trabalho torna-se menos essencial como meio de apoio financeiro em vista dos planos de aposentadoria, públicos e privados, para os quais os receptores contribuíram durante toda a sua vida ativa (A6, B6 e B7). Os indicadores da importância de tais gastos são discutidos na seção subsequente sobre *equidade*. Mas entre os países da OCDE muita atenção das políticas é dada para assegurar que as pessoas idosas possam manter sua independência e dignidade dentro do máximo possível de suas vidas (C6).

### 4.3 Equidade

Existem muitas dimensões para a equidade, incluindo acesso, oportunidade e resultados. Dentro e entre sociedades deverá existir uma variedade de opiniões sobre o que significa exatamente uma redistribuição de recursos *justa* ou o que estabelece uma *justa* distribuição de acesso às oportunidades aos serviços sociais. Em função destas diferenças, não será surpresa o fato de haver dificuldades na obtenção de informação abrangente sobre todos os aspectos da *equidade*. Soma-se às limitações dos dados, o fato de que os serviços sociais são muitas vezes oferecidos pelos níveis mais baixos dos governos e organizações não governamentais, o que dificulta ainda mais a obtenção dos indicadores sobre, por exemplo, a

acessibilidade dos serviços sociais às famílias. Finalmente, para alguns serviços, como o cuidado com os bebês, as famílias utilizam uma rede informal de familiares e amigos, pela qual não se dispõe de informação que seja comparável. Assim sendo, os indicadores de status de equidade são limitados aos indicadores de desigualdade financeira e resultados “desiguais” do mercado de trabalho (B4).

O desenvolvimento dos indicadores de desigualdade financeira (B2), e pobreza relativa (B1), dentro dos quais os ganhos (B3), é o componente mais importante, é afetado por diferenças entre países nas definições nacionais e nas técnicas de mensuração. Os dados sobre distribuição de renda emergem de estudos feitos pela OCDE em anos recentes, envolvendo o desenvolvimento de uma metodologia consistente (Förster, 2000, e Oxley *et al.*, 2000).

Além da legislação trabalhista voltada para garantir a posição de trabalhadores de baixa renda (B5), os sistemas de proteção social são o principal instrumento através do qual os formuladores de políticas buscam atingir os objetivos de políticas sociais. A despeito de diferenças nacionais a respeito da noção do que seja um fornecimento justo de serviços sociais ou um programa de rendas eqüitativo, todos os países da OCD desenvolveram – ou estão no processo de desenvolver (OCDE, 2000b) – sistemas de proteção social que redistribuem recursos dentro das sociedades (B6). Além disso, as famílias podem ter acesso aos benefícios sociais fornecidos através do setor privado (ex.: empregadores e ONG.s) ou através do sistema tributário (B7 e B8).<sup>4</sup> A magnitude dos sistemas sociais é adicionalmente dimensionada pelo número de receptores de benefícios sociais controlados publicamente (B9), que, quando comparados com o número dos trabalhadores ativos, levantam dúvidas sobre a sustentação financeira dos sistemas sociais no longo-prazo.

### Indicadores de equidade<sup>1</sup>

Status social	Respostas da sociedade
B1. Pobreza relativa	B5. Salário mínimo
B2. Desigualdade de renda	B6. Gastos sociais públicos
B3. Emprego de baixa remuneração	B7. Gastos sociais privados
B4. Defasagem salarial de sexos	B8. Gastos sociais líquidos
<i>A2. Desemprego</i>	B9. Receptores de benefícios
<i>A3. Jovens desempregados</i>	<i>A7. Políticas de ativação</i>
<i>A4. Famílias desempregadas</i>	<i>A8. Gastos em educação</i>
<i>A5. Mães empregadas</i>	<i>A9. Educação infantil e cuidados da infância</i>
	<i>A10. Desempenho educacional</i>
	<i>A11. Alfabetização</i>
	<i>A12. Taxas de substituição</i>

<sup>1</sup> Os indicadores em itálico indicam que não são apenas de equidade, mas àquilo que é apresentado em outra subseção.

<sup>4</sup> Os dados são incompletos e as metodologias ainda estão sendo refinadas. De qualquer forma, os dados parciais existentes são suficientemente interessantes para justificar a conclusão como uma tentativa de quantificar a intervenção da sociedade cada vez mais importante.

A pobreza relativa (B1), acesso restrito à saúde e outros serviços sociais, e baixos níveis de alfabetização e desempenho educacional (A10, A11) são fortemente correlacionados entre si e a posição do indivíduo no mercado de trabalho, e / ou seus membros familiares (A2, A4, B3). A atual distribuição do trabalho dentro das sociedades levanta preocupações de adequação para grupos de famílias e, em particular, as crianças destas famílias (A9). Em reconhecimento do fato de que, em base individual a obtenção de trabalho é a ferramenta mais efetiva para a obtenção de uma distribuição de recursos mais equitativa, existe a necessidade para uma política social orientada para o emprego. Existem, entretanto, diferentes abordagens para este objetivo. Podem ser efetivas em prevenir desigualdades, as intervenções em pontos chave do curso da vida – antes e durante a educação formal (A9, A10); durante a transição da escola para o trabalho (A3); em apoio ao equilíbrio do trabalho remunerado; e em atividades de cuidados (A5). Necessita-se de um amplo e complexo conjunto de políticas que cobrem o apoio social, os benefícios em dinheiro e os serviços de emprego, para ajudar as pessoas a encontrar emprego remunerado. Programas de renda mínima para a população não-deficiente têm que ser re-enfocados em muitos países da OCDE para uma reintegração dos receptores dos benefícios no mercado de trabalho. Os incentivos financeiros diretos para o trabalho têm sido fortalecidos (A12). Novos benefícios sociais condicionados ao emprego tem sido introduzidos. A recepção de benefícios tem sido sujeita as atividades de busca de empregos para uma maior parcela de clientes, envolvendo às vezes a participação obrigatória em programas de colocação no mercado de trabalho e de treinamento. Finalmente, a administração de benefícios tem sido reformada e freqüentemente envolve administração de casos de clientes em base individual, fornecendo medidas de apoio ao emprego para a reintegração no mercado de trabalho.

Os indicadores de equidade não podem ser sempre separados dos indicadores de auto-suficiência. Tomados juntos, eles revelam como os sistemas nacionais de proteção social lidam com um dilema de política social recorrente: como equilibrar a adequação do fornecimento de serviços com a sustentação do sistema como um todo e a promoção da auto-suficiência individual?

#### 4.4 Saúde

Existem fortes ligações entre o status social e saúde. Elas estão presentes entre os países mais pobres e os grupos mais desfavorecidos na sociedade (B1), entre os menos educados (A9, A10) ou desempregados (A2), onde é encontrada a maior concentração de doenças e, freqüentemente, onde há menor longevidade. Como resultado, não houve melhoria do estado da saúde de algumas categorias da população, e pode até ter havido uma piora, mesmo quando ocorreram melhorias de um modo geral na maioria dos indicadores. Certamente, o crescimento dos padrões de vida, acompanhados por um melhor acesso a serviços de saúde e o continuado progresso na tecnologia médica, contribuíram para uma melhoria significativa do estado de saúde da população, quer o indicador utilizado como a expectativa de vida ao nascimento ou em qualquer outra idade; mortalidade infantil; ou a redução na mortalidade infantil (C1, C2 e C3).<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Dado o amplo conjunto de indicadores de saúde já publicados pela OCDE, seria de pouca utilidade haver um amplo subconjunto reproduzido no presente volume (OCDE, 2000c).

Melhor tecnologia e regulamentos de segurança mais rigorosos também contribuem para uma redução de mortes no local de trabalho e no trânsito (C5), enquanto que o concomitante aumento da prosperidade fez com que a propriedade de veículos fosse acessível à quase todos, aumento o risco de acidentes.

O crescimento das populações mais velhas aumenta a proporção daqueles grupos populacionais que enfrentam o risco de uma saúde frágil, não pela idade em si, mas em virtude de uma maior incidência de doenças e deficiências nesta idade. O indicador de expectativa de vida livre de deficiências (C4) também pode ser usado para avaliar se os ganhos na expectativa de vida resultam em anos adicionais sem deficiências. E, embora não exista uma definição padronizada de como ele é medido, o indicador parece revelar que a população dos países membros poderá ter um número significativo de anos em boas condições de saúde.

### Indicadores de saúde <sup>1</sup>

Status social	Respostas da sociedade
C1. Expectativa de vida	C6. Pessoas idosas em instituições
C2. Mortalidade infantil	C7. Gastos em cuidados da saúde
C3. Potencial perdido de anos de vida	C8. Responsabilidade para financiar a saúde
C4. Expectativa de vida sem deficiências	C9. Infra-estrutura de saúde
C5. Acidentes	<i>A9. Educação infantil e cuidados à criança</i>
<i>B1. Pobreza relativa</i>	<i>A10. Desempenho educacional</i>
<i>A2. Desemprego</i>	
<i>D2. Mortes relacionadas com drogas e afins</i>	

<sup>1</sup> Os indicadores em itálico indicam que não são apenas de saúde, mas aquilo que é apresentado em outra subseção.

As tendências sociais (níveis educacionais mais elevados, melhor acesso à informação de medicina) levaram os pacientes a exigir melhor qualidade de serviços de saúde e uma voz mais ativa em decisões médicas. Os indivíduos idosos podem às vezes ter dificuldades em desempenhar todas as atividades necessárias na vida diária, mas muitos idosos preferem não serem internados e gostariam de viver em suas próprias casas (C6).

A adequação no acesso à saúde é também afetada por uma insatisfatória cobertura de seguro médico ou por pagamentos paralelos que se tornam uma barreira efetiva na busca de ajuda médica.<sup>6</sup> Assim indica a organização do financiamento de sistemas de saúde (C7) e a incidência de provisões médicas tais como médicos, leitos, etc.. O item (C9) revela a resposta de políticas de resposta aos sistemas de cuidados da saúde às preocupações de adequação. De qualquer forma, é importante notar que os sistemas de cuidados da saúde têm dificuldade em resolver os desafios de política que emergem de problemas fora do sistema.

<sup>6</sup> Os serviços médicos insuficientes em algumas áreas geográficas podem também conduzir a um racionamento implícito para o qual podem existir soluções a partir de um melhor planejamento regional. Entretanto, os indicadores regionais estão fora do alcance deste volume.

Onde um declínio do estado de saúde é causado por condições sociais inter-relacionadas, tais como o desemprego e habitação inadequada, apenas as políticas de saúde não são suficientes.

#### 4.5. Coesão social

Juntamente com o combate da exclusão social, a promoção da coesão social também é considerada como objetivos centrais de políticas sociais em muitos dos países da OCDE. Entretanto, não existe nenhuma definição uniforme de nenhuma das duas, o que dificulta a escolha de indicadores compatíveis. A abordagem usada no presente volume é a de apresentar indicadores que identifiquem, de certo modo, o grau com que os cidadãos participam da “vida social”, ou que reflitam, de alguma maneira, as pressões exercidas sobre o relacionamento familiar entre grupos diferentes dentro da sociedade. Foi muito difícil encontrarmos bons indicadores sobre a natureza dos relacionamentos entre os diferentes grupos sociais, e somente um indicador está disponível de um modo abrangente: o grau de conflito entre empregadores e sindicatos que resulta em choques como greves (D1).

Sem revelar se um status particular é “bom” ou “mau” os indicadores de *contexto* (Seção 2) descrevem a condição social da população, e como tal, apontam para a existência de diferentes grupos e famílias dentro da sociedade. Por exemplo, uma alta incidência de pais solitários (G7) e de altas taxas de divórcio (G6) é geralmente considerada como “ruim”, mas pode ser inevitável (viuvez) ou preferível à alternativa (um péssimo casamento).<sup>7</sup> Assim sendo, não é nenhuma surpresa que estes indicadores de *contexto* não sejam sujeitos a objetivos explícitos de políticas.

Algumas medidas de coesão social podem ser obtidas dos indicadores, na medida em que grupos de cidadãos participam da sociedade, como por exemplo, na participação de eleições parlamentares (D6) e afiliações a grupos (D5).

Vários indicadores ajudam a ilustrar a falta de coesão social. Tanto as taxas de suicídio (D3) como uso de drogas e mortes afins (D2) apontam não apenas para uma desestruturação pessoal, mas também para condições sociais. Por exemplo, o suicídio resulta de muitos fatores sociais e culturais diferentes: é mais provável de acontecer particularmente durante períodos de crises econômicas, familiares e individuais, tais como ruptura de um relacionamento, álcool, abuso de drogas, e desemprego. Da mesma forma, e embora exista muita controvérsia sobre a causalidade entre crime e condições sociais, é inegável que o crime e o medo do crime podem desestabilizar vizinhanças, e em combinação com outras condições sociais, como por exemplo a pobreza, podem levar grupos, em alguns países, a serem excluídos da sociedade.

É muito mais difícil estabelecer ligações entre os indicadores de status sobre a coesão social e os indicadores de resposta relevantes, com a exceção, até um certo ponto, entre crime (D4) e taxas de encarceramento (D7). Os outros indicadores de status são muito mais difíceis de serem relacionados com respostas políticas. Isto não é uma surpresa, pois para fazer face à exclusão social incluímos uma variedade de temas já capturados nas seções de auto-suficiência, equidade e saúde. O fortalecimento da coesão social requer uma abordagem integrada para perseguir os objetivos de políticas econômicas, sociais, de saúde e educacionais.

<sup>7</sup> As taxas de divórcio são apenas um indicador bastante imperfeito do stress familiar. Seria desejável que o indicador de divórcio formal seja suplementado por um indicador de separação legal, e diferenciado, de acordo com a disponibilidade de dados, pela presença ou não de crianças.

---

**Indicadores de coesão social <sup>1</sup>**


---

<b>Status social</b>	<b>Respostas da sociedade</b>
D1. Greves	D7. Detentos
D2. Uso de drogas e mortes afins	<i>A6. Políticas de ativação</i>
D3. Suicídio	<i>A9. Educação infantil e cuidados da criança</i>
D4. Crime	<i>A10. Desempenho educacional</i>
D5. Afiliação a grupos	<i>B6. Gastos sociais públicos</i>
D6. Votação	<i>C7. Gastos de saúde</i>
<i>B1. Pobreza relativa</i>	
<i>A2. Desemprego</i>	

---

<sup>1</sup> Os indicadores em itálico indicam que não são apenas de coesão social, mas àquilo que é apresentado em outra subseção.

---

## 5. O que você poderá encontrar nesta publicação

Para cada indicador, o texto descreve de uma forma concisa, o âmbito da definição do indicador, o que pode ser revelado dos dados de suporte e, às vezes mais importante, qual informação que não pode ser extraída, e os problemas de medição, se porventura existirem. Os países diferem entre si de várias maneiras, de modo que é não se deve imaginar que alguns indicadores sejam definidos mais precisamente do que eles podem ser. Existem, sem dúvida, algumas diferenças nos dados entre os países. Quando este for o caso, o texto deixa isso claro, mas também busca fornecer alguma idéia da magnitude. Assim, por exemplo, as nossas estatísticas de distribuição de renda não são inteiramente padronizadas, de modo que uma diferença em redor de 2 pontos do indicador escolhido pode ser um ruído estatístico, não devendo ser vista como refletindo necessariamente uma diferença real.

A seção de “definição e medida” é seguida por uma seção de “evidências e explicações” que mostra as tendências do indicador, diferenças entre países, e fornece alguma explicação porque estas diferenças podem ocorrer: este volume não pretende descrever em detalhe as experiências de países individuais. Em geral, cada indicador contém informação para um ano disponível para todos os países da OCDE, e apresenta tendências para uma amostra de países. Ao mesmo tempo ele apresenta informação sobre a “composição”, como sexo, faixas etárias, etc., mas ela varia em função da disponibilidade de dados. O texto que descreve cada indicador também chama a atenção para a ligação entre o indicador em questão e outros indicadores de *status* e *resposta*, e cada indicador individual contém uma “caixa” com referências cruzadas para outros indicadores sociais, não incluindo os indicadores de contexto. A evidência é apresentada em gráficos e tabelas, e cada indicador termina com uma seção de “leitura adicional” com um máximo de 5 referências. As fontes de dados são indicadas claramente, com os títulos completos das publicações na seção de leituras adicionais.

---

### 5.1 *O que você poderá achar em outras referências*

Para a grande maioria dos indicadores, os dados que dão suporte aos gráficos e tabelas podem ser desagregados por idade dos indivíduos, sexo e tipo familiar. Existe quase sempre uma série histórica dos dados disponíveis. Mas para não entrarmos em uma publicação excessivamente abrangente, não foi possível publicarmos todas estas dimensões diferentes dos indicadores coletados. Entretanto, os dados primários que dão origem a cada indicador individual estão disponíveis no anexo do *website* da OCDE (<http://www.oecd.org/els/social>).

### 5.2 *O futuro*

Existem possivelmente muitos indicadores alternativos que melhor satisfariam os objetivos desta publicação. No futuro próximo a OCDE tratará de melhorar os indicadores disponíveis no que diz respeito aos receptores de benefícios e à dependência de benefícios, o bem-estar das crianças e os seus cuidados no longo-prazo. Mais genericamente, talvez deveríamos identificar qual é a informação “faltante” – por exemplo, sobre a acessibilidade dos serviços sociais básicos, ou a qualidade da moradia.

Gostaríamos de receber os seus comentários sobre como deveríamos trabalhar os indicadores sociais no futuro. Por favor, envie-os para: OECD, Projeto de Indicadores Sociais, Divisão de Política Social, 2, rue André-Pascal, 75775 Paris Cedex 16, França.



---

## Bibliography

**FÖRSTER, M. (2000),**

“Trends and driving factors in income distribution and poverty in the OECD area”, Labour Market and Social Policy

Occasional Paper, No. 42, OECD, Paris.

**OECD (1998),**

*Employment Outlook*, Paris.

**OECD (1999),**

*Science, Technology and Industry Scoreboard, Benchmarking Knowledge-based Economies*, Paris.

**OECD (1999a),**

*A Caring World: the New Social Policy Agenda*, Paris.

**OECD (2000),**

*Education at a Glance – OECD Indicators*, Paris.

**OECD (2000a),**

*Towards Sustainable Development: Environmental Indicators*, Paris.

**OECD (2000b),**

*Pushing Ahead with Reform in Korea, Labour Market and Social Safety-net Policies*, Paris.

**OECD (2000c),**

*OECD Health Data 2000*, Paris.

**OXLEY, H., T. THANH DANG and P. ANTOLIN (2000),**

“Poverty dynamics in six OECD countries”, *OECD Economic Studies*, No. 30, 2000/1.

**PEARSON, M. and S. SCARPETTA (2000),**

“What do we know about policies to make work pay?” *OECD Economic Studies*, No. 31, 2000/2, Paris.

## Sumário da versão da publicação original em Inglês

*(sem anexos, lista de caixas, tabelas e gráficos)*

### *Parte I*

#### **Um guia interpretativo**

- 1. Para que servem os indicadores sociais?**
- 2. A estrutura dos indicadores**
- 3. O uso dos indicadores**
- 4. A descrição dos indicadores**
- 5. O que você poderá encontrar nesta publicação**

*Notas*

*Bibliografia*

### *Parte II*

#### **Os indicadores sociais da OCDE**

- G1. Renda nacional**
- G2. Taxas de fertilidade**
- G3. Razão de dependência na idade avançada**
- G4. População estrangeira e nascidos no exterior**
- G5. Refugiados e solicitantes de asilo**
- G6. Taxas de divórcio**
- G7. Famílias de pais solitários**
- A1. Emprego**
- A2. Desemprego**
- A3. Jovens desempregados**
- A4. Famílias desempregadas**
- A5. Mães empregadas**
- A6. Idades de aposentadoria**
- A7. Ativação de políticas**
- A8. Gastos em educação**
- A9. Educação infantil e cuidados à criança**

- 
- A10. Desempenho educacional**
  - A11. Alfabetização**
  - A12. Taxas de substituição**
  - A13. Cunha fiscal**
  - B1. Pobreza relativa**
  - B2. Desigualdade de renda**
  - B3. Emprego de baixa remuneração**
  - B4. Defasagem salarial entre sexos**
  - B5. Salários mínimos**
  - B6. Gastos sociais públicos**
  - B7. Gastos sociais privados**
  - B8. Gastos sociais líquidos**
  - B9. Receptores de benefícios**
  - C1. Expectativa de vida**
  - C2. Mortalidade infantil**
  - C3. Anos potenciais de vida perdida**
  - C4. Expectativa de vida livre de deficiências**
  - C5. Acidentes**
  - C6. Pessoas idosas em instituições**
  - C7. Gastos em serviços de saúde**
  - C8. Responsabilidade para financiar os serviços de saúde**
  - D1. Greves**
  - D2. Uso de drogas e mortes afins**
  - D3. Suicídio**
  - D4. Crime**
  - D5. Afiliação a grupos**
  - D6. Votação**
  - D7. Detentos**

Esta *Síntese* é uma tradução dos excertos de publicações originalmente publicadas pela OCDE, com o seguinte título em Inglês e Francês:

*Society at a Glance - Oecd Social Indicators 2002*

*Panorama de la Société—Les indicateurs sociaux de l'OCDE 2002*

© 2002, OECD.

As publicações são disponíveis para venda na OCDE Paris Centre: 2, rue André-Pascal, 75775 Paris Cedex 16, FRANCE e no website [www.oecd.org](http://www.oecd.org).

As *Sínteses* são disponíveis livremente na Biblioteca Online da OCDE no website [www.oecd.org](http://www.oecd.org).

As *Sínteses* são preparadas pela *Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate*.

e-mail: [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org)

Fax: +33 1 45 24 13 91



© OECD 2002

A reprodução desta *Síntese* é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.